

**A EMENDA PARLAMENTARISTA E O PLEBISCITO DE 1963 NAS
PÁGINAS DO JORNAL *GAZETA DO SUL* (1961-1963)**

**THE PARLIAMENTARY AMENDMENT AND THE PLEBISCITE OF
1963 IN THE PAGES OF THE NEWSPAPER *GAZETA DO SUL* (1961-
1963)**

**LA ENMIENDA PARLAMENTARIA Y EL PLEBISCITO DE 1963
EN LAS PÁGINAS DEL PERIÓDICO *GAZETA DO SUL* (1961-1963)**

Diego dos Santos*

Resumo: O presente estudo apresenta uma análise sobre a emenda parlamentarista de 1961 e o plebiscito de 1963 a partir do jornal *Gazeta do Sul* de Santa Cruz do Sul-RS. O plebiscito possibilitou aos eleitores brasileiros votar “sim” ou “não” pela continuidade do sistema parlamentarista adotado em setembro de 1961, após a grave crise institucional provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros e pela tentativa de impedimento da posse de João Goulart na presidência. Este estudo, portanto, retrata um acontecimento da política nacional sob a perspectiva de um órgão da imprensa local, no qual diferentes atores políticos se posicionaram acerca do parlamentarismo e do plebiscito.

Palavras-chave: Imprensa. Parlamentarismo. Plebiscito.

Abstract: The present study analyzes the parliamentary amendment of 1961 and the plebiscite of 1961 based on the newspaper *Gazeta do Sul* of Santa Cruz do Sul-RS. The plebiscite allowed Brazilian electors to vote "yes" or "no" for the continuity of the parliamentary system adopted in September 1961, after the institutional crisis provoked by the renunciation of the president Jânio Quadros and for the attempt of impediment of João Goulart's inauguration in the Presidency. This study therefore depicts an event in national politics from the perspective of a local press agency, in which different political actors have positioned themselves about the parliamentarism and the plebiscite.

Keywords: Parliamentarism. Plebiscite. Press.

Resumen: El presente trabajo presenta un análisis sobre la enmienda parlamentarista de 1961 y el plebiscito de 1963 a partir del periódico *Gazeta do Sul* en Santa Cruz do Sul-RS. El plebiscito permitió a los votantes brasileños votar "sí" o "no" por la continuidad del sistema parlamentario adoptado en septiembre de 1961, después de la grave crisis institucional provocada por la renuncia del presidente Jânio Quadros y el intento de evitar que João Goulart asumiera la presidencia. Este estudio, por lo tanto, retrata un evento en la política nacional desde la perspectiva de una agencia de prensa local, en el cual diferentes actores políticos tomaron posiciones sobre el parlamentarismo y el plebiscito.

Palabras clave: Parlamentarismo. Plebiscito. Prensa.

Introdução

O plebiscito de 1963 não é um fato isolado na história brasileira. Este acontecimento está inserido em um cenário de crise institucional e de eminente guerra civil, ocasionada pela renúncia do presidente Jânio Quadros e pela tentativa de impedimento da posse de João Goulart na presidência. A solução encontrada para a grave crise foi a adoção de uma emenda parlamentarista em setembro de 1961, votada às pressas e sob coação militar.

Discutida e votada pelo Congresso Nacional em poucas horas, o modelo parlamentarista adotado no Brasil desagradou diversos setores políticos e sociais, que desde o início estiveram motivados a restabelecer o presidencialismo a partir da realização de um plebiscito ou referendo. Neste sentido, o presidente João Goulart e outras lideranças políticas mobilizaram-se para antecipar o plebiscito, previsto inicialmente para 1965. Em torno disso, constituiu-se um palco no qual diversos atores políticos se posicionaram em torno de um dos sistemas de governo.

A conjuntura da instituição do parlamentarismo e a realização do plebiscito foram analisadas nesta pesquisa a partir da utilização do jornal *Gazeta do Sul* de Santa Cruz do Sul, município do interior do Rio Grande do Sul. A análise ocorreu sob duas perspectivas: a de uso do jornal como uma das formas de acesso aos acontecimentos do período e a possibilidade de entender a imprensa como elemento atuante no meio social. Sendo assim, é por meio da *Gazeta do Sul* que foram observados os desdobramentos da crise institucional de 1961 e as posições do jornal e de alguns atores políticos no contexto de adoção do parlamentarismo e de restabelecimento do presidencialismo mediante resultado do plebiscito de 6 de janeiro de 1963.

O parlamentarismo na perspectiva da crise institucional de 1961

No Brasil do período imperial, houve uma experimentação do sistema parlamentarista de governo, o qual ficou conhecido como parlamentarismo “às avessas” (FAUSTO, 1995). Durante a República, o parlamentarismo voltou a vigorar de forma casuística em 1961, como solução para uma grave crise institucional decorrida da renúncia do presidente Jânio Quadro do PTN (Partido Trabalhista Nacional). Havendo sido eleito presidente com apoio da UDN (União Democrática Nacional) e prometendo acabar com a ineficiência administrativa e com a corrupção, Jânio Quadros desde o início de seu governo enfrentou numerosos problemas de administração pública. Na área econômica, a inflação aumentava em níveis preocupantes.

Visando conter o problema inflacionário, Jânio adotou um pacote de medidas econômicas ortodoxas, que incluía uma forte desvalorização cambial, controle dos gastos públicos e expansão monetária. Dentre as medidas, estava a redução dos subsídios para a importação de trigo e petróleo, o que fez com que o preço do pão e dos combustíveis dobrasse, afetando diretamente a população.

Além do fracasso econômico, Jânio Quadros enfrentou também críticas à sua política externa relativamente próxima de Cuba e do Bloco Soviético, que ficou conhecida como política externa independente e que causava indignação entre os meios mais conservadores. O principal crítico a Jânio, foi possivelmente Carlos Lacerda, governador da Guanabara, que liderou os ataques ao presidente, colocando-o em desprestígio frente às camadas médias urbanas e aos militares através de duras acusações realizadas nos meios de comunicação:

Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda [...] fez um discurso, transmitido pelo rádio, denunciando uma tentativa de golpe janista articulado pelo ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta. Estranhamente, teria sido convidado a aderir a ele. Pedroso Horta negou a acusação. (FAUSTO, 1995, p. 440).

Sentindo-se acuado Jânio Quadros submeteu sua renúncia ao Congresso Nacional em 25 de agosto de 1961, que prontamente a aceitou. O historiador Thomas Skidmore (1979) definiu a atitude de Jânio como “um erro de cálculo”, visto que esperava assumir novos poderes presidenciais no caso de sua renúncia não ser aceita pelo Congresso. Jânio Quadros considerava-se imprescindível para o país, além de subestimar a presença do vice-presidente João Goulart do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Talvez por isso, acreditou que o Congresso e os militares não teriam outra opção senão solicitar que continuasse como presidente, passando a ter carta branca para a implementação de suas medidas governamentais. No entanto, a renúncia foi rapidamente aceita e a sucessão presidencial passou a ser considerada um caso à parte, que não foi simplesmente dar posse a João Goulart.

A Constituição brasileira de 1946 em vigor, deixava claro que havendo a vacância da presidência caberia ao vice-presidente assumir a função, porém um movimento de iniciativa dos setores militares, que viam em João Goulart o retorno do getulismo e uma brecha de entrada para o comunismo, tentou impedir junto ao Congresso a posse do petebista. Curiosamente, em meio a grave crise política, Jango encontrava-se em viagem à China Comunista, elemento carregado de simbolismo e que reforçava os discursos e temores dos círculos conservadores.

Com a ausência de João Goulart, a presidência foi assumida interinamente por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. Enquanto isso, os ministros militares de Jânio

aproveitando a ausência de Goulart no país, vetaram o retorno do petebista ao Brasil com a justificativa de que este representava uma ameaça à segurança nacional. Os militares esperavam que o Congresso vetasse a posse, assim como ocorrera com Carlos Luz em 1955.

Diversas reações ao veto surgiram pelo país. A principal eclodiu no sul do país, sob a condução de Leonel Brizola (PTB), governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango. O principal objetivo do movimento, que ficou conhecido como Campanha da Legalidade, era garantir a posse de Goulart dentro do que previa a Constituição. Skidmore (1979) destaca que Brizola percebeu rapidamente a posição decisiva do seu Estado na crise de sucessão, organizando apressadamente demonstrações populares na capital gaúcha, que reuniram milhares de pessoas em defesa da posse de Jango. Para impedir o golpe, no entanto, não bastava apenas mobilizar o Rio Grande do Sul, era preciso também estimular a participação popular no resto do Brasil, para isso uma rede de estações de rádio em defesa da Constituição, intitulada “voz da legalidade”, foi montada nos porões do Palácio Piratini:

A Cadeia da Legalidade foi de fundamental importância para o movimento. Ao difundir mensagens de diversas entidades políticas e grupos sociais na defesa da ordem democrática, a sociedade brasileira encontrou canais de informação que rompiam o cerco à censura. Transmitindo também em inglês, espanhol e alemão para o exterior, angariou a simpatia da opinião internacional (FERREIRA, 2005, p. 286-287).

Da Guanabara e defrontando o movimento de Leonel Brizola, os generais militares instruíaam o comandante do III Exército, general José Machado Lopes, a agir com firmeza para conter o crescimento da rede da Legalidade. A situação se agravou na manhã do dia 28 de agosto, quando o serviço de rádio-escuta do governo do Rio Grande do Sul captou ordens de Odílio Denys, ministro da Guerra, para que as Forças Armadas e o III Exército bombardeassem a sede do governo estadual. Após estar ciente das ameaças emitidas pelo ministro da Guerra, Brizola direcionou ao povo gaúcho apelos para que viessem até o Palácio Piratini aqueles que estivessem dispostos a lutar. Moniz Bandeira descreve a importância da rede da Legalidade e faz um relato do discurso de Brizola à população gaúcha:

O Rio Grande do Sul estava inteiramente isolado do resto do País e do mundo. Os militares golpistas haviam cortado todos os canais telefônicos do Estado, só restando uma linha de ligação com Montevidéu, inaugurada pelo próprio Brizola quando Secretário de Obras Públicas. Mas a Rádio Guaíba furou o bloqueio. Entrou em cadeia com outras emissoras e o povo brasileiro pôde escutar as palavras de Brizola. O Governador fez um rápido relato à população sobre os últimos acontecimentos. Após relevar a ordem expedida pelo Ministério da Guerra para atacar o Palácio do Governo, inclusive bombardeá-lo, Brizola solicitou que as famílias, especialmente as crianças, se afastassem do centro da cidade. Apelou para que viessem até o Palácio os que estavam dispostos a lutar. Exortou o povo para que se mobilizasse em defesa da

legalidade democrática. Ao final, emocionado, Brizola enfatizou que, se os golpistas viessem, encontrariam escombros naquele Palácio, como símbolo da resistência. E despediu-se do “Rio Grande querido”: “Fiz uma proclamação de poucos minutos, mas com o coração na boca. Uma emoção imensa” (BANDEIRA, 1979, p. 81).

Após o discurso do governador gaúcho e em meio a um clima de tensão entre a multidão que se aglomerava em frente ao Palácio Piratini, o general Machado Lopes chegou à sede do governo, acompanhado de outros generais do III Exército. Acreditavam todos que o general fosse acatar as ordens do ministro da Guerra, diante da situação o conflito armado parecia inevitável. No entanto, para surpresa e felicidade de quem aguardava o desfecho, o general Machado Lopes comunicou ao governador que não mais obedeceria às ordens do ministro da Guerra e que passaria a apoiar a posse de João Goulart na presidência. Em entrevista, no ano de 1986, o general Machado Lopes explica sua decisão em apoiar Jango:

Tomei a decisão de apoiar a posse de João Goulart para evitar um mal maior, porque, se eu fosse contra a posse, começaria uma revolução no Rio Grande do Sul que se espalharia por tudo o Brasil. Além disso, João Goulart já havia sido eleito duas vice-presidente da República e nunca alguém havia contestado seu nome (LOPES apud GOMES; FERREIRA, 2007, p. 146).

Além da Legalidade, outras manifestações de apoio à posse de Jango surgiram em todo o território nacional, dentre elas as greves dos trabalhadores. Outros grupos sociais, como estudantes, intelectuais, associações comerciais e Igreja, condenaram a atitude dos ministros militares, demonstrando apoio à posse de Goulart. No Congresso, formou-se uma grande aliança pró-legalidade, que incluía grupos de esquerda e conservadores. No entanto, estes grupos possuíam propósitos diferentes. Os de esquerda, desejavam a posse imediata de Goulart no regime presidencialista, através da mobilização social. Já os conservadores, que incluíam membros da UDN e PSD (Partido Social Democrático), com apoio da ala legalista das Forças Armadas, levaram as negociações para o caminho da solução parlamentarista.

Em 31 de agosto, João Goulart desembarcou em Montevideú para um encontro com Tancredo Neves (PSD), que apresentou ao petebista a proposta parlamentarista como solução para a crise política. Conforme Ferreira (2005), Tancredo revelou que a conversa teria sido difícil, principalmente pela resistência de Jango em ter seus poderes reduzidos pelo novo sistema. Tancredo Neves teria insistido na ideia da solução parlamentarista, salientando que seria a melhor maneira para evitar a guerra civil. Vendo a gravidade da situação e com receio de conflitos mais radicais, João Goulart aceitou a solução parlamentarista, que na madrugada do mesmo dia, foi aprovada no Congresso por 233 votos contra 55.

A solução parlamentarista surgiu ainda no dia da renúncia de Jânio, quando o deputado conservador Mendes Gonçalves (PSD-MT), sugeriu a adoção imediata do parlamentarismo, para evitar maiores transtornos ao país. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em seu parecer sobre o movimento da Legalidade, também deu sinais de que a alteração do sistema de governo era necessária. No entanto, foi o deputado Afonso Arinos de Mello Franco (UDN), que articulou com os militares a fórmula parlamentarista.

Segundo Jorge Ferreira (2005), ao chegar em Porto Alegre, Jango foi recebido por Brizola e Machado Lopes no Palácio Piratini, sendo ovacionado pela multidão que o aguardava. A população aglomerada esperava por uma declaração de Goulart, que só respondia com rápidos acenos. Mais tarde declarou aos jornalistas, que sua decisão pelo parlamentarismo evitaria maiores sofrimentos ao povo. A decisão causou decepção imediata na população, que em pouco tempo dispersou-se. Decepção sentida também por Brizola, que não teve alternativa senão sujeitar-se à escolha de Goulart.

Na análise dos resultados da Campanha da Legalidade, Claudia Wasserman (2011) menciona que a emenda parlamentarista não correspondeu às expectativas de Brizola, de Jango e do conceito de legalidade, considerando que as leis foram modificadas em meio à crise e de maneira casuística, visando atender interesses específicos daqueles que não aceitavam a posse do vice-presidente. Para a pesquisadora, a Jango foi concedido o direito de tomar posse como presidente em um regime no qual seus poderes foram limitados, neste caso, conferiu-se a legalidade (leis válidas ou aceitas), mas não a legitimidade (exercício do poder).

A adoção repentina do parlamentarismo, é definida por Demian Bezerra de Melo (2009) como um “golpe possível”. Para o autor, o golpe teria sido articulado pelas forças mais conservadoras, mas realizado de forma tão improvisada que desagradou tanto as esquerdas e Goulart, como também um amplo espectro político. Outra questão que demonstra o hibridismo e casuísmo do modelo parlamentarista brasileiro, como pontua Melo (2009) é a exclusão de uma característica própria do parlamentarismo, a possibilidade de o chefe de Estado dissolver a Câmara, convocando novas eleições. Essa viabilidade era vetada pelo artigo 24 do Ato Adicional, que garantia a continuidade dos parlamentares até o fim de seus mandatos. Na percepção do historiador Thomas Skidmore (1979), Goulart alcançou a presidência não em razão das pressões de esquerda, mas em virtude da divisão entre os grupos militares, associada a uma ampla base de opinião do centro, determinadas a garantir o processo constitucional.

O Ato Adicional nº 4 que instituiu o sistema parlamentarista no Brasil, previa no artigo 25 a realização de uma consulta à população nove meses antes do final do mandato do presidente, na qual deveria ser decidido pela continuidade do parlamentarismo ou pelo retorno do presidencialismo. A realização da consulta popular representava para Jango a possibilidade de rever seus poderes presidenciais, além de simbolizar a eleição a presidente que não tivera. Neste sentido, o presidente atuou junto a outras lideranças políticas com o intuito de antecipar o plebiscito e de garantir o restabelecimento do sistema presidencialista.

Visões da emenda parlamentarista nas páginas do jornal *Gazeta do Sul*

A adoção repentina da emenda parlamentarista, repercutiu amplamente nas páginas do jornal *Gazeta do Sul*. Em seu noticiário político, a notícia de que João Goulart assumiria a presidência em um sistema parlamentarista figura na capa da edição de 5 de setembro de 1961, que salientou que a decisão de Goulart “pôs fim à ansiedade e tensão que estava arrastando o Brasil a uma guerra fratricida”¹, provavelmente em referência à Campanha da Legalidade. Além disso, destacou que a cerimônia de posse não teria o brilho habitual, já que de acordo com a emenda à Constituição o verdadeiro poder estaria com o primeiro-ministro.

Na continuidade da notícia, percebe-se uma certa preferência do jornal pelo novo modelo de governo, que classificou a instituição do sistema parlamentarista como uma tentativa de “resguardar o país”, ameaçado pela possibilidade de rompimento institucional. No mesmo texto, o periódico informou aos leitores que o parlamentarismo continuaria em vigência até o início de 1966, sendo que nove meses antes do término do mandato presidencial seria dado ao país a possibilidade de decidir sobre a continuidade ou não do sistema parlamentarista por meio de um plebiscito.

Ao analisar o conteúdo dos editoriais publicados pela *Gazeta do Sul*, verificou-se que o parlamentarismo foi colocado em contraponto ao “presidencialismo decadente”, nos dizeres do jornal. No editorial “Fim da Crise” de 7 de setembro de 1961, o periódico atribuiu ao parlamentarismo a salvação do caos em que se encontrava o Brasil:

O Congresso, adotando o regime parlamentarista no Brasil, também traçou novos rumos ao país e, se tudo se encaminhar como esperaram os bons brasileiros, o nosso país poderá começar a trilhar uma senda democrática bem mais larga e retilínea, com o desaparecimento dos defeitos congênitos do presidencialismo decadente, a corrupção e o personalismo².

No excerto do editorial é possível perceber o entusiasmo do jornal com a nova fase da República brasileira, desejando que os males do presidencialismo, como a corrupção e o personalismo deixassem de existir. A forma como o periódico definiu o presidencialismo também chama atenção. Ao referir-se aos “defeitos congênitos” do sistema presidencialista, o jornal procurou lançar a ideia de que este sistema desde sua “gestação” não se desenvolveu de maneira adequada. Neste sentido, pode-se entender que para o jornal desde a instauração da República o presidencialismo não demonstrou ser capaz de garantir estabilidade ao país.

Embora favorável à emenda parlamentarista, a *Gazeta do Sul* não deixou de mencionar a insatisfação da população e de alguns políticos com a nova fórmula de governo. Na edição de 5 de setembro de 1961, o jornal afirmou que “a emenda parlamentarista, votada em meio à confusão de ordem militar foi no geral recebida com desagrado no seio da população brasileira”, pensando que veio para “unificar ainda mais o poder militar imperante”³.

Neste sentido, através das páginas do jornal muitas vezes políticas demonstraram sua posição em relação a emenda parlamentarista. Contrários à emenda, falaram o senador Juscelino Kubistchek (PSD-GO), o deputado federal Wilson Vargas (PTB-RS) e o deputado gaúcho Fernando Ferrari, fundador do Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Juscelino Kubistchek, que fora presidente de 1956 a 1960, afirmou que o parlamentarismo significava “menosprezar a votação popular”, não tendo os políticos “o direito de modificar a Constituição de costas para o povo”. Já Wilson Vargas caracterizou a emenda como um “golpe branco” e que embora sendo parlamentarista por convicção, manifestou-se contra durante a discussão da emenda parlamentarista. Por último, Ferrari, também defensor do parlamentarismo, justificou seu voto contra à emenda, mostrando descontentamento em ter que votar sob coação militar⁴.

O parlamentar Fernando Ferrari ganhou novo destaque na edição de 7 de setembro. Na capa da tiragem, a *Gazeta* apresentou mais uma vez a manifestação contrária do deputado federal perante a emenda, reproduzindo o seguinte posicionamento de Ferrari:

[...] venho perseguindo o ideal que é da minha geração: o advento de um regime responsável que desfaça a unipessoal prepotência do presidencialismo. A despeito disso, entretanto, eu não poderia concordar com a reforma constitucional sob coação, debaixo de pressões. Concluí, então, que não poderia votar a alteração do sistema de governo que nos rege. Eu, sim votaria normalmente em outra oportunidade, quando cessasse a pressão, pois não poderia permitir que o implementasse já com um “pecado original”⁵.

O jornal também trouxe aos seus leitores, o posicionamento de figuras da política local, mas com destaque nacional. Dentre eles, o santa-cruzense Willy Carlos Fröhlich, possivelmente

o principal nome do PSD no município. A primeira manifestação de Fröhlich quanto à emenda parlamentarista aconteceu em novembro de 1961, na qual demonstrou ser um entusiasta do regime parlamentarista, dizendo estar convicto de que só o governo impessoal de um gabinete poderia conduzir o país à desejada prosperidade. Afirmou ainda, acreditar no sucesso do primeiro gabinete ministerial chefiado por Tancredo Neves, mas que, no entanto, o regime precisaria ser conservado e aprimorado, pois a fórmula encontrada pelo Congresso não era a ideal⁶. O pessedista voltou a figurar no periódico em janeiro de 1962, quando novamente falou sobre o parlamentarismo. Na ocasião, Fröhlich voltava a assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados. Sobre o parlamentarismo, o deputado afirmou ser o regime ideal, por ser um sistema de governo coletivo, no qual há maior e melhor consulta aos interesses do povo⁷.

Além dos atores políticos já mencionados, o jornal *Gazeta do Sul* reproduziu também trechos de uma entrevista coletiva concedida por Leonel Brizola à imprensa local, nacional e internacional. Cabe ressaltar, que o depoimento de Brizola, diferente dos casos de Fernando Ferrari e Willy Fröhlich, não ocupou a capa do periódico, sendo publicado na segunda página, o que indica um destaque secundário no jornal. Em seu discurso, Brizola considerou que a Campanha da Legalidade havia sido “traída”, demonstrando grande insatisfação com as medidas conservadoras adotadas pelo Congresso Nacional:

Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para denunciar à opinião pública, esta verdadeira humilhação que o Congresso vem de impor ao povo do Brasil. Esta reforma espúria alterou as atribuições específicas do presidente constitucional, eleito pelo voto direto do povo. E é tão espúrio, que nem ao menos, como se costuma fazer em toda a parte, condicionou a mudança de regime ao referendo popular⁸.

Brizola considerou a emenda parlamentarista como uma “verdadeira humilhação” ao “povo brasileiro”, já que por meio dela se modificaram as atribuições do presidente eleito pelo voto direto da população. Na sequência, Brizola confessou indignação com a decisão do Congresso Nacional em um curto período de menos de 24 horas. Classificou tal reforma governamental como “inoportuna e amoral”, dizendo que o Congresso saiu dessa situação “profundamente desprestigiado”. Brizola afirmou também, que usaria de todos os meios legítimos para suspender a emenda parlamentarista, recorrendo, se possível, aos tribunais⁹. Moniz Bandeira explica que logo após a adoção do parlamentarismo, o governador do Rio Grande do Sul iniciou intensa campanha contra o parlamentarismo “não porque se opusesse essencialmente a essa forma de governo e sim porque julgava sua implantação, dadas as

condições, inconstitucional, uma manobra das correntes conservadoras do Congresso para usurpar o poder e impedir as reformas de base” (1979, p. 86).

A partir de 1962 ao trabalhar na reversão do parlamentarismo, Brizola projetou-se em maior escala na esfera política nacional. Conforme Diego Dal Bosco Almeida (2007), Brizola passou a atuar intensivamente na realização do plebiscito e na campanha pelo “não”, passando pelas cidades do país e direcionando seu discurso em do presidencialismo. A revogação da emenda era indispensável do ponto de vista político de Brizola. Uma vez que se obtivesse êxito em seu intento, seu nome poderia despontar ainda mais como uma liderança nacional.

A posição contrária de Brizola ao parlamentarismo foi contestada pelo deputado estadual Hélvio Jobim (PSD) em discurso proferido na Assembleia gaúcha e reproduzido com destaque pela *Gazeta*. O deputado afirmou que Brizola era “um permanente mercador de ilusões”, que fez gerar no povo, principalmente nos mais simples, uma “falsa exaltação de consciência cívica”, empolgados por cenas patéticas e teatralmente dramáticas. Jobim prosseguiu criticando o Movimento da Legalidade, que segundo ele, serviu apenas para “encobrir os apetites pessoais” de Brizola e suas “ânsias de projeção nacional”¹⁰. Além do mais, afirmou com convicção que Brizola demonstrou, como sempre, ser um “mero utilitarista, que aproveita todas as oportunidades para tirar proveito político. Neste sentido, mencionou o desespero de Brizola em sustar a emenda parlamentarista, para segundo o deputado, poder-se servir da República presidencialista. Não obstante, fez lembrar a posição favorável de Brizola ao parlamentarismo na Constituinte estadual de 1947, ocasião em que atuava como deputado.

Embora as vozes que se manifestaram nas páginas da *Gazeta do Sul* tenham apresentado dissonâncias, se aproximavam no sentido da crítica ao modo pelo qual foi votada a emenda parlamentarista, modificando somente a intensidade e o destaque que concediam a este segmento. Mesmo assim, é notório a preferência do periódico pelo parlamentarismo e a repulsa pelo presidencialismo, aspecto visto tanto nos editoriais quanto nas notícias, nas quais figuraram atores políticos comprometidos com a causa parlamentarista.

Os gabinetes parlamentaristas e a antecipação do plebiscito

Durante o período de funcionamento do parlamentarismo, João Goulart atuou junto aos primeiros-ministros na tentativa de mostrar a impraticabilidade do sistema e de antecipar o plebiscito previsto para 1965. Segundo Skidmore (1979), João Goulart e Tancredo Neves (PSD), o primeiro-ministro que inaugurou o sistema parlamentarista, seguiram um plano

destinado a demonstrar a inviabilidade do modelo parlamentarista, tendo como objetivo reforçar a necessidade da volta ao sistema presidencialista.

O gabinete chefiado por Tancredo Neves, conhecido pelo seu caráter de “conciliação nacional”, funcionou até junho de 1962, quando muitos de seus membros desligaram-se de seus cargos para concorrerem nas eleições de outubro. Iniciou-se a partir daí um debate político para definir o sucessor na chefia de governo. João Goulart indicou, primeiramente, San Tiago Dantas, nome com grande prestígio junto às esquerdas e sindicatos, porém desprezado pela direita. A indicação de Dantas foi rejeitada pela Câmara, com “maciça votação” dos deputados do PSD e da UDN, conforme noticiou o jornal *Gazeta do Sul* em 20 de junho de 1962. Foram 174 votos contrários e 110 favoráveis a San Tiago Dantas no cargo de primeiro-ministro¹¹.

Diante da recusa da Câmara em concordar com o nome de San Tiago Dantas, João Goulart indicou o senador Moura Andrade, um dos líderes do PSD, para a chefia do governo. Moura Andrade era ligado aos movimentos mais conservadores da política nacional, o que contribuiu para que sua indicação causasse descontentamento nos meios sindicais. Mesmo assim, o Congresso aprovou a nomeação do então senador por 223 votos a 47. Soube-se na época, que Jango havia escrito, previamente, uma carta não datada, mas assinada, com a renúncia de Moura Andrade, que num curto período de quarenta e oito horas, realmente renunciou. O motivo da renúncia de Andrade, pode ser entendida a partir da recusa de João Goulart em aprovar alguns nomes para os cargos de ministros, já que entre os indicados pelo pessedista figuravam alguns elementos apoiadores do movimento que tentou impedir a posse em agosto de 1961. Além disso, a aprovação do nome de Moura Andrade fez com que os movimentos sindicais organizassem uma greve geral marcada para o dia 5 de julho, em represália a ação do Congresso. Os rumos dos acontecimentos, fizeram com que membros do governo e o próprio presidente tentassem impedir o movimento paredista. Mesmo diante dos apelos para a suspensão da greve, a paralisação foi a maior até então realizada, ocorrendo em nível nacional e sendo coordenada por um Comando Geral de Greve.

Em Santa Cruz do Sul, o Comando Sindical não aderiu a greve, embora tenha se demonstrado solidário a Goulart. Conforme noticiou a *Gazeta do Sul* em 7 de julho, o Comando Sindical dos Trabalhadores das Indústrias de Santa Cruz do Sul deliberou não aderir ao movimento grevista, apesar das solicitações feitas pelas Federações Estaduais. A decisão do Comando foi tomada com base no apelo feito pelo presidente, que solicitou que não fossem efetuados movimentos paredistas, visto que poderiam agravar ainda mais a situação no país¹².

A greve geral desempenhou importante papel na indicação do novo nome para primeiro-ministro, que recaiu sobre o jurista e secretário do Interior do governo do Rio Grande do Sul, Brochado da Rocha (PSD), aprovado com ampla margem de votos (217 a 59) e com poucas restrições da Câmara, possivelmente, por ser pouco conhecido no cenário nacional.

O elemento mais significativo do gabinete de Brochado da Rocha foi a discussão sobre a antecipação do plebiscito, objetivo explícito do novo primeiro-ministro, do presidente João Goulart e de possíveis presidenciáveis às eleições previstas para 1965, como Juscelino Kubistchek e Magalhães Pinto, interessados no retorno do presidencialismo. O descontentamento com o parlamentarismo era perceptível nas mais diferentes esferas políticas e sociais. Thomas Skidmore (1979) afirma que tanto no centro quanto na esquerda havia um amplo apoio ao retorno do sistema presidencial, já que muitos acreditavam que o Brasil necessitava de um poder executivo forte.

As eleições parlamentares previstas para outubro de 1962, configuravam-se como uma excelente oportunidade para realizar-se também a consulta plebiscitária, já que durante este período os candidatos voltariam aos seus redutos eleitorais, podendo colaborar na campanha a favor da restauração do presidencialismo. Diante desta possibilidade, houve durante os meses de agosto e setembro um esforço para que o Congresso aprovasse a realização do plebiscito em 7 de outubro, junto das eleições parlamentares. No entanto, de acordo com Melo (2009), em 18 de agosto surgiu uma nova proposta, que pareceu agradar a maioria conservadora da Câmara. De autoria de Oliveira Brito (PSD-BA), a proposta de emenda à Constituição defendia que a decisão sobre o plebiscito deveria ser atribuída ao novo Congresso eleito.

O processo de antecipação da consulta popular contava com o apoio de diversos setores, dentre eles o Comando Geral de Trabalhadores (CGT), que via no plebiscito e na restauração do presidencialismo um meio para viabilizar as reformas de base (MELO, 2009). Diante da recusa da maioria conservadora do Congresso em antecipar o plebiscito, o CGT divulgou em 11 de setembro um manifesto exigindo a antecipação da consulta à população, sob a ameaça de uma nova greve geral. Com isso, a *Gazeta do Sul*, no editorial de 13 de setembro de 1962, classificou a atitude de alguns setores sindicais como “impatriótica”. Na visão do jornal, não foi a primeira vez que o grupo procurou “arrastar o operário brasileiro para uma tomada de posição incompatível com o verdadeiro espírito das organizações sindicalistas”. O texto destacou, ainda, a posição do Movimento Sindical Democrático do Rio Grande do Sul, que lançou um manifesto de alerta aos trabalhadores do Estado, dizendo ter a greve finalidade

“puramente política”, estando revestida de “caráter nitidamente subversivo, para satisfazer interesses de alguns falsos líderes, mancomunados com elementos filiados a correntes ideológicas estranhas à índole democrática e cristã do povo brasileiro”¹³. Em meio a conflagração da greve geral e tendo colocado seu cargo como “questão de confiança” perante o Congresso, Brochado da Rocha renunciou em 14 de setembro.

A paralisação de setembro não repetiu o sucesso da greve de julho, neste contexto a *Gazeta do Sul* voltou a fazer críticas ao movimento grevista em opinião assinada pelo diretor do jornal Francisco J. Frantz e publicada na capa da edição de 18 de setembro de 1962 com o título “Greve Geral por Motivos Políticos”. No texto é possível perceber que o jornal “comemora” o fracasso da paralisação, elogiando, em certa medida, o trabalhador pela não adesão à greve, afirmando que “acertado andou o trabalhador brasileiro, quando repudiou a iniciativa dos líderes sindicais, que quiseram usar as classes trabalhadoras como massa de manobra para os seus sinistros intentos”¹⁴.

A aprovação da antecipação do plebiscito ocorreu poucas horas após a renúncia do primeiro-ministro Brochado da Rocha. O projeto foi aprovado na madrugada do dia 15 de setembro, em um placar de 169 votos a 83. Com a aprovação, caberia aos eleitores brasileiros votar “sim” ou “não” pelo sistema parlamentarista em consulta marcada para o dia 6 de janeiro de 1963. Neste contexto, votar pelo “não” significaria também votar “sim” a João Goulart.

O projeto de antecipação da consulta plebiscitária foi articulado pelo general Nelson de Mello, senador Juscelino Kubistchek, deputado Gustavo Capanema (PSD-MG) e por Amaral Peixoto, líder do PSD. Tratava-se de uma emenda do também senador Benedito Valadares (PSD-MG) à proposta de Capanema que pretendia institucionalizar o parlamentarismo, marcando a data para a consulta popular e estabelecendo um prazo de noventa dias para a regulamentação do sistema escolhido pelos eleitores no plebiscito.

No dia 18 de setembro, João Goulart indicou o então ministro do Trabalho, Hermes Lima (PTB-BA) como novo primeiro-ministro. A aprovação do nome de petebista pelo Congresso foi demorada, sendo aceita somente em dezembro por 137 votos favoráveis, 27 contrários e 3 abstenções. Desde sua nomeação, o gabinete de Hermes Lima funcionou condicionado ao resultado do plebiscito.

Brizola e a “cruzada” em favor do presidencialismo

A edição do jornal *Gazeta do Sul* de 28 de dezembro de 1962 trouxe com destaque em sua capa a seguinte manchete: “GOVERNADOR BRIZOLA EM STA. CRUZ NO DIA 3 DE JANEIRO”¹⁵. A visita inusitada do governador do Rio Grande do Sul à cidade tinha um objetivo maior: defender a restauração do presidencialismo. Para esta ocasião, estava previsto que Brizola proferisse uma palestra em favor do plebiscito e do presidencialismo, a ser realizada às 17 horas no Sindicato de Alimentação do município. Além da conferência, o governador visitaria obras públicas e ouviria as principais reivindicações do Diretório Regional do PTB.

A esperada visita, no entanto, acabou por ser cancelada. Na tiragem de 3 de janeiro de 1963, dia em que era aguardado o desembarque do governador no aeroporto de Linha Santa Cruz, o jornal comunicou o cancelamento de sua visita. Se sua vinda à Santa Cruz do Sul estava ligada à campanha do plebiscito, o cancelamento de sua visita também. O empenho de Leonel Brizola na restauração dos poderes presidenciais de João Goulart, fez com que o governador do Rio Grande do Sul desmarcasse sua ida à cidade em virtude de uma inesperada viagem ao Rio de Janeiro, onde participaria do encerramento da campanha a favor do presidencialismo no rádio e na televisão¹⁶.

A viagem de Leonel Brizola ao Rio de Janeiro foi mais um passo para sua ascensão em escala nacional, considerando que nas eleições de outubro de 1962 havia sido eleito deputado federal pela Guanabara. O crescimento da projeção política de Brizola esteve ligado ao apoio a João Goulart. Em relação a isso, Maria Celina D’Araujo assinala a dependência de Jango a Brizola:

Nos momentos críticos de sua vida política, como na renúncia de Jânio Quadros em 1961 e no plebiscito que reinstaurou o presidencialismo em 1963, foi decisiva a presença de Brizola. Essa dependência revestia-se de algumas características: Brizola ajudou a sustentar o apoio da seção gaúcha a Goulart, principalmente nos momentos de grandes decisões nacionais, confirmando a premissa básica de que o político tem que ser apoiado em seu próprio estado, e Goulart cedeu a Brizola ampla autonomia para suas campanhas de mobilização popular. Brizola sempre foi o petebista mais ousado e radical na defesa dos direitos de Goulart, o que lhe deu uma base de legitimidade no partido. Nesse ritmo, o prestígio e a popularidade de Goulart tinham como contrapartida o crescimento da liderança de Brizola. A atuação deste político foi crucial para garantir, dentro do PTB, uma sólida base janguista (D’ARAUJO, 1996, p. 92-93).

A projeção nacional de Brizola, entre outros fatores, cresceu a partir do momento em que passou a atuar pela antecipação do plebiscito e pela restauração do presidencialismo. A antecipação do referendo para Jango, Brizola e outros interessados nas reformas de base, era

essencial e deveria ser feita o quanto antes, pois somente com poderes integrais João Goulart poderia pôr em prática os projetos reformistas que norteavam a política de seu partido, o PTB.

A atuação de Brizola a favor do presidencialismo aconteceu antes mesmo da realização da consulta plebiscitária, conforme Demian Bezerra de Melo (2009). Em setembro de 1962, dias antes da aprovação da antecipação do plebiscito, Brizola e outros candidatos de esquerda nas eleições de outubro, como Aurélio Viana, Elói Dutra, Sérgio Magalhães e Osvaldo Pacheco, reuniram-se no Largo do Machado na Guanabara, no chamado “Comício da Independência”. Na ocasião o grupo fez algumas reivindicações, entre elas: uma reforma agrária radical, as reformas de bases, a revisão do salário mínimo, a antecipação do plebiscito, entre outras.

A campanha de Brizola em favor do presidencialismo também se fez presente em Estados do Nordeste, pelos quais o petebista percorreu em dezembro de 1962, divulgando também os projetos das reformas de base. Como menciona Melo (2009), a ida de Brizola ao Nordeste foi muito criticada pela imprensa nacional e regional, que afirmou ter ele vinculado a campanha do plebiscito à sua promoção pessoal e à agitação subversiva.

As críticas, porém, não se resumiram apenas a essa região do país. Em seu Estado natal, o Rio Grande do Sul, Brizola também recebeu condenações pela sua atuação na campanha plebiscitária. O jornal *Gazeta do Sul*, no dia anterior ao plebiscito, publicou uma opinião assinada por “E.R.W” e intitulada “Haverá razões para um ‘sim’?”. Mesmo sem citar o nome de Leonel Brizola, o emissor fez críticas que nitidamente foram direcionadas ao ainda governador do Rio Grande do Sul. Disse o autor do texto:

Nosso Rio Grande talvez não tivesse tido, em sua história precedente igual: a demagogia e o “papo” como ação de governo. E aquele cidadão começou a pregar o seu nacionalismo. Agora é o “apóstolo” do “Não” faccioso¹⁷.

E prosseguiu afirmando:

E aquele discursador do plebiscito, numa verborreia toda peculiar, mistificando um sistema governamental outrora opinando pelo seu caudilho – maquiavélico, já que que vê no presidencialismo a continuação de oportunidade política, prega, com rasgada nacionalismo, a um povo eivado de prosélitos e “pelegos” sempre ávidos da sua demagogia, a necessidade imperiosa da vitória do “NÃO”¹⁸.

Por último, conclamou os leitores a votarem “sim” no plebiscito, como demonstração de uma “atividade cívica um pouco mais clara” e sugeriu que os eleitores dessem:

um corte na demagogia, na brasilidade nacionalista, no “brizolismo” estreito e ignaro – de um “fiat” patriótico ao imperativo político que está a exigir uma resolução inteligente e mesmo arriscada: vote por um parlamento a ser experimentado por que o outro, o primeiro, não chegou a tanto!¹⁹

Nesta última citação fica mais evidente a crítica a Leonel Brizola, principalmente, quando o autor sugere um corte no “brizolismo”, classificado por ele como “estreito e ignaro”.

A projeção nacional de Brizola, desde a Campanha da Legalidade, configurou-se expressiva, possibilitando organizar uma espécie de “cruzada” pelo retorno do presidencialismo por todo o país. A viagem programada para Santa Cruz do Sul, embora cancelada, seguia o mesmo intuito de sua viagem ao Rio de Janeiro e a outros Estados brasileiros: uma grande campanha no sentido de reforçar a opção pelo retorno do presidencialismo e de atuar a favor das reformas de base.

A Tese Mangabeira e a possibilidade de suspensão do plebiscito

A campanha oficial do plebiscito contou com toda uma máquina de propaganda, montada principalmente, pelos partidários do presidencialismo. Foram criados cartazes e jingles, realizados comícios por todo o país, apelos e manifestos foram publicados em jornais e revistas, programas e anúncios foram transmitidos pelas emissoras de rádio e televisão. Toda essa propaganda, pode ter custado aos cofres públicos bilhões de cruzeiros, conforme noticiou o jornal *Gazeta do Sul* em reportagem que revelou previsões que indicavam que a “programação que se organizou com luxo de detalhes” poderia elevar os custos a três ou quatro bilhões de cruzeiros. Diante desse excessivo gasto de dinheiro público, o periódico manifestou-se dizendo que: “tinha razão o sr. João Mangabeira, quando defendia a revogação do Ato Adicional para se evitarem despesas”²⁰.

A proposta de revogação do Ato Adicional nº 4, mencionada pelo jornal, foi apresentada pelo ministro da Justiça, João Mangabeira (PSD-BA) em 6 de novembro. A proposta visava a revogação pura e simplesmente da emenda parlamentarista, com a suspensão do plebiscito e a consequente restauração do presidencialismo.

Nos meios políticos da época, já havia a noção de que o presidencialismo era o grande favorito no plebiscito, portanto, a suspensão da consulta popular evitaria excessivos gastos de dinheiro público. Em um primeiro momento, a proposta foi bem aceita pela maioria dos líderes partidários, com exceção do senador Juscelino Kubistchek, que classificou o plebiscito como “imperativo nacional”²¹, devendo ser realizado. Posteriormente outros líderes políticos, principalmente da oposição, declararam-se contrários a revogação da emenda parlamentarista. Demian Bezerra de Melo (2009) demonstra também que outros políticos tiveram posição

semelhante, como Leonel Brizola, Sérgio Magalhães, San Tiago Dantas e Juracy Magalhães. Os dois primeiros, por exemplo, chegaram a declarar que a tese de Mangabeira se caracterizava como uma manobra anti-Jango.

A possibilidade de revogação imediata do Ato Adicional, embora devolvesse os poderes presidenciais à João Goulart, era um tanto incomoda. A realização do plebiscito era essencial para Goulart, Brizola e para o PTB, pois seria a partir da consulta que essas lideranças e o partido poderiam aferir sobre as reformas de base, procurando obter apoio populacional no sentido de contribuir para a aprovação desses projetos junto ao Congresso. Além disso, o plebiscito apresentava-se também como uma possibilidade de garantir uma expressiva votação ao modelo presidencialista, o que em tese representaria a “eleição” de João Goulart.

A questão da revogação do Ato Adicional chegou a ser mencionada pelo jornal *Gazeta do Sul* antes mesmo da Tese Mangabeira ser defendida. Em 6 de outubro de 1962, o periódico publicou na capa uma opinião assinada por Francisco J. Frantz, diretor do jornal, intitulada “Para que plebiscito?”. No artigo, o jornal questionou a necessidade da realização da consulta popular, sugerindo que:

O Congresso que, pressionado pelas circunstâncias, nos deu o ato adicional, pode, creio eu, revogá-lo pura e simplesmente. Mostrará que é prático, essencialmente prática, uma vez que o plebiscito sem dúvida alguma, dará a vitória ao presidencialismo, atualmente considerado por alguns políticos interessados como uma panaceia para todos os problemas nacionais²².

A partir deste excerto é possível perceber que o periódico já considerava a vitória do sistema presidencialista como inevitável. Além do mais, cita que o presidencialismo no cenário da época, era considerado como uma “panaceia”, ou seja, como um remédio aos problemas nacionais. Neste caso, é interessante notar que o discurso do presidencialismo como “cura” para os problemas do país, é muito semelhante ao discurso utilizado pelo periódico em setembro de 1961, quando o sistema parlamentarista foi classificado pelo jornal como solução para o desaparecimento dos “defeitos congênitos” do presidencialismo²³. Em certa medida, houve uma inversão de papéis, sem que isso tenha significado a preferência do periódico pelo presidencialismo, pelo contrário. A *Gazeta*, assim como em 1961, continuou considerando a fórmula parlamentarista mais adequada. Entretanto, classificou o modelo adotado no Brasil como uma “espécie de parlamentarismo”, que conservou ao governo todas as “benesses” e a faculdade em “nomear e atender a clientela”²⁴.

Seja como for, ao utilizar a expressão “espécie de parlamentarismo” o periódico acabou por desqualificar o sistema adotado no Brasil, utilizando também expressões como “curiosa modalidade de regime representativo”, em uma possível referência ao hibridismo do modelo. Estando o periódico convencido da impraticabilidade do sistema vigente, classificou o plebiscito não como um momento para definir entre parlamentarismo e presidencialismo, mas para definir a favor do “menos ruim de dois sistemas, que igualmente não aprovaram”, nos dizeres do jornal. O diretor do periódico ainda mencionou, sua falta de entusiasmo com a consulta popular, lembrando de tudo que seria “prometido” ao “pobre eleitorado em nome do presidencialismo”²⁵. Sendo assim, fica notório o descontentamento do jornal com a política nacional, principalmente com o modo como o sistema parlamentarista vinha operando no país.

A vitória do presidencialismo: “um estrondoso triunfo” para João Goulart

Campanha aparatosa do “não”. Foi assim que o jornal *Gazeta do Sul* descreveu em 5 de janeiro de 1963 a mobilização dos partidários do presidencialismo para a restauração dos poderes presidenciais de João Goulart, através da imprensa, do rádio, da televisão e dos milhares de cartazes espalhados pelo país.

Para a recuperação dos poderes presidenciais, segundo Demian Bezerra de Melo (2009), Jango contou com apoio de diversos setores da sociedade, dentre eles a União Nacional de Estudantes (UNE) e a Igreja Católica, que considerou o comparecimento no plebiscito como um “dever cristão”. Já o apoio dos sindicalistas dependeu do cumprimento de algumas demandas, como a revisão do salário mínimo. Para contar com este apoio, dias antes do plebiscito, o governo concedeu um aumento de 75% no salário mínimo, menor do que os 100% exigidos pelos trabalhadores, porém superior ao índice de 56,25% sugerido pelo ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto.

Já os partidos políticos posicionaram-se de maneira distinta quanto ao plebiscito. O PCB (Partido Comunista Brasileiro) interessava-se pela consulta devido ao seu caráter mobilizador pelas reformas de base. O PSB (Partido Socialista Brasileiro) defendia o “não” na consulta plebiscitária como forma de corrigir a imposição feita pelos militares e conservadores ao Congresso e ao povo. O PCdoB (Partido Comunista do Brasil), por sua vez, posicionou-se a favor do voto nulo. Na ala da direita houve uma cisão nos partidos, tanto na UDN quanto no PSD, que não fecharam uma posição única quanto ao voto no plebiscito, existindo grupos

favoráveis e contrários ao retorno do presidencialismo. O PTB, partido do presidente, era obviamente o mais interessado na restauração do presidencialismo, não medindo esforços para convencer a opinião pública sobre a impraticabilidade do regime parlamentarista. No dia que antecedeu o plebiscito, o diretório municipal do PTB de Santa Cruz do Sul publicou na *Gazeta do Sul* um manifesto conclamando a população a votar “não”. Na primeira parte da declaração, o diretório municipal criticou a adoção do parlamentarismo, dizendo que em ocasião nenhuma o povo foi consultado sobre se queria a troca do modelo governamental do país. Em uma segunda parte, foram listados três motivos para votar “não” no plebiscito do dia seguinte:

Votar NÃO – isto é, contra o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo, é restituir à Nação a constituição inviolada.
Votar NÃO – significa adota uma atitude corajosa e definida, num momento de crucial importância para o Brasil.
Votar NÃO – significa não fugir às responsabilidades cívicas do cidadão nem escudar-se, por omissão, na covardia da abstenção ou do VOTO EM BRANCO²⁶.

Em contraposição, o Partido Libertador (PL), em uma publicação a pedido veiculada pela *Gazeta do Sul* três dias antes da consulta à população, posicionou-se a favor da abstenção do voto. No artigo assinado por Raul Pilla e Norberto H. Schmidt, presidentes do Diretório Nacional e do Diretório Municipal, respectivamente, a agremiação posicionou-se dizendo ser “inconstitucional a antecipação do plebiscito, já marcado pelo Ato Adicional”, sendo que “somente uma emenda à Constituição, numa lei ordinária, poderia alterar a data já ali estabelecida para a consulta popular”²⁷. Ao mesmo tempo, disse não acreditar na possibilidade de se escolher entre “o que se conhece” e “o que não se conhece”, ou seja, entre presidencialismo e parlamentarismo. Sendo assim, para o partido não houve tempo suficiente para que o povo conhecesse o verdadeiro funcionamento do sistema parlamentarista. Em um dos trechos do texto de Raul Pilla no jornal, lê-se o seguinte.

Não é, pois, o julgamento do povo o que em verdade se busca. Se o fosse, e não um expediente demagógico para manter no País a exploração industrial do poder, dar-se-ia tempo ao tempo, far-se-ia o plebiscito, se necessário fosse, na data estabelecida pelo ato adicional. Até lá, poderia o povo chegar a conhecer suficientemente o segundo termo da comparação, suposto que o sistema parlamentar houvesse sido praticado, e ele então, poderia decidir. Fazer, porém, o referendo nas condições em que se vai ele fazer, mais é do que impostura: é também desrespeito ao decoro e a própria soberania do povo, que a demagogia imperante tanto gosta de invocar. Se querem que o povo decida, deem-lhe, ao menos, as condições indispensáveis para que possa decidir²⁸.

O manifesto do Partido Libertador também criticou a campanha realizada pelo presidente João Goulart, que segundo a agremiação utilizou de toda a máquina pública estatal

disponível para a derrubada da emenda. Para o PL, os recursos disponibilizados para a campanha só existiram para um lado, o lado daqueles que usufruíam do poder. Neste sentido, afirmaram que “desigual seria a luta. Melhor, não chegaria a ser luta, senão legitimação da conspiração contra o universalmente consagrado sistema de governo”²⁹, referindo-se ao parlamentarismo. Por fim, o PL solicitou, como primeira recomendação, a abstenção, e como segunda opção, o voto em branco, considerado também como uma significativa manifestação.

Se para o jornal *Gazeta do Sul*, a campanha do “não” foi considerada “aparatosa”, sendo a maior vista até então, a campanha do “sim” praticamente não foi identificada, o que levou o periódico a afirmar que o eleitorado estava “frio” e muitos nem mesmo sabiam como votar, projetando uma enorme abstenção no interior. Argumento que foi contrariado pela apuração, que indicou um índice de abstenção inferior a 20% em Santa Cruz do Sul, classificado pelo jornal como um “bom sinal” e indício de um aumento do “grau de politização do povo”³⁰.

A “aparatosa” campanha dos defensores do presidencialismo, ao que tudo indica, surtiu efeito. Tanto em nível nacional, estadual e local, a vitória do “não” aconteceu por expressiva margem. Nacionalmente, o resultado surpreendeu até mesmo os mais otimistas. Segundo dados do TSE, foram 9.457.448 votos para o “não” contra 2.073.582 votos a favor do parlamentarismo. Uma diferença de mais de sete milhões de votos. A abstenção ultrapassou 33%³¹. No Rio Grande do Sul, a vitória do presidencialismo também ocorreu por uma considerável diferença de mais de quatrocentos mil votos. Dos 1.222.234 eleitores que compareceram no plebiscito, 758.222 votaram “não”, enquanto 328.872 votaram “sim” e 62.136 votaram em branco. A abstenção foi de 21,67%, 12% menor que o índice nacional³².

Em Santa Cruz do Sul, a diferença entre presidencialismo e parlamentarismo foi de três mil votos a favor do primeiro. Foram registrados 4.951 votos para o “sim” e 7.977 para o “não”, surpreendendo os prognósticos que previam uma “leve superioridade” dos adeptos do sistema presidencialista. Os 1.300 votos em branco também surpreenderam³³.

Com resultados tão significativos e até mesmo inesperados, João Goulart poderia ter seus poderes presidenciais restituídos. Conforme notícia do jornal *Gazeta do Sul* de 15 de janeiro, o presidente mostrava-se confiante quanto a restauração do presidencialismo pelo Congresso, embora, estivesse agindo como um “missioneiro”, somente ouvindo e não falando coisa alguma dos encontros políticos ocorridos em seu gabinete³⁴.

O primeiro-ministro, Hermes Lima, visto os resultados do plebiscito, colocou seu gabinete a disposição do presidente João Goulart, emitindo uma nota oficial, que foi reproduzida pela *Gazeta do Sul*:

Em face da inequívoca opção do eleitorado caberá ao Congresso a decisão que lhe parecer mais acertada, a fim de proporcionar condições para a constituição do novo Ministério. Não pode haver dúvida de que o Congresso, cujo concurso para superar a crise institucional foi fundamental e decisiva saberá com o mesmo espírito encontrar o caminho adequado para que as aspirações do povo brasileiro, tão esmagadoramente manifestadas, tenham pronto atendimento³⁵.

Sem questionar o resultado do plebiscito, Amaral Peixoto, presidente do PSD, declarou que o presidencialismo voltaria mediante entendimentos pacíficos sem ameaça de crise política, prometendo todo o apoio e colaboração de seu partido com o presidente, afirmando também ter encontrado bons entendimentos junto a membros da UDN³⁶.

Defensor da tese de revogação imediata do Ato Adicional sem necessidade de plebiscito, João Mangabeira confirmou seu ponto-de-vista em pronunciamento reproduzido pelo jornal. Para o pessedista e Ministro da Justiça, o resultado foi aquele que previa, embora não esperasse uma vitória tão esmagadora do presidencialismo. Completou reafirmando ter razão quando defendeu a suspensão do referendo, pois em razão do resultado certo, previsto e inevitável, a consulta seria, portanto, um gasto inútil de tempo e dinheiro. E acentuou dizendo que o povo não queria o parlamentarismo, como demonstrou nas urnas. Para Mangabeira, o Brasil não estava em condições para ter e suportar esse sistema de governo, pois não se pode imaginar parlamentarismo num país em que há tantos partidos, ainda mais, divididos, com várias alas e facções. O ministro prosseguiu dizendo que o modelo adotado no país só resistiu por ser híbrido. O verdadeiro parlamentarismo, em sua ótica, não teria sobrevivido por seis meses. Por último, reforçou sua surpresa com o resultado do plebiscito, afirmando que João Goulart sai da situação bastante fortalecimento, já que o resultado representou, em suas palavras, “um estrondoso triunfo” para o presidente³⁷.

Diante da vontade do povo expressa nas urnas, a Câmara aprovou por 260 votos a 9 e uma abstenção, a revogação da emenda parlamentarista. Com a retomada do presidencialismo, João Goulart poderia trabalhar em prol das reformas de base, que tanto esperavam os grupos de esquerda. No entanto, foi no período presidencialista que os embates políticos se intensificaram. As pressões de grupos de esquerda pela implementação dos projetos reformistas e a recusa do Congresso e dos meios conservadores de os aprovarem, levou o acirramento dos ânimos

políticos. Em 1964, um golpe civil-militar depôs João Goulart e interrompeu o último governo da experiência democrática (1946-1964).

Considerações finais

O sistema parlamentarista foi adotado no Brasil no início de setembro de 1961 como uma espécie de solução para a crise política desencadeada pela renúncia do presidente Jânio Quadros e pela conflagração de um movimento pela garantia da legalidade constitucional, que visava assegurar a investidura de João Goulart na presidência da República. A adoção da fórmula parlamentarista ocorreu de maneira repentina e teve ao menos dois objetivos. O primeiro, solucionar a grave crise política que se instaurou e evitar a deflagração de uma guerra civil. O segundo, era eminentemente político, pois diminuía consideravelmente os poderes políticos de João Goulart, visto pelos meios conservadores como uma ameaça à ordem no país, sendo talvez por esse motivo recebida com agrado pelo jornal *Gazeta do Sul*, que a classificou como uma tentativa de “resguardar o país”.

A emenda parlamentarista foi objeto de muitas críticas vindas de atores políticos, que se manifestaram ou tiveram seus discursos reproduzidos pela *Gazeta do Sul*. Defensores da fórmula parlamentarista, como Wilson Vargas (PTB), Fernando Ferrari (MTR) e Willy C. Fröhlich (PSD), discordaram da adoção do sistema parlamentarista no cenário da época, enquanto Juscelino Kubistchek (PSD), considerou o parlamentarismo como uma forma de menosprezo a votação popular. Leonel Brizola (PTB), líder da Legalidade, por sua vez, classificou a emenda parlamentarista como uma verdadeira humilhação, recebendo posteriormente fortes críticas do deputado Helvio Jobim (PSD-RS), que o julgou um mero utilitarista. Quanto ao espaço ocupado pelos políticos no jornal, é pertinente mencionar que algumas “vozes” foram privilegiadas em detrimento de outras. Os filiados ao PSD e àquelas favoráveis ao parlamentarismo tiveram maior destaque, enquanto as declarações de Brizola, por exemplo, figuravam em segundo plano.

O Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo também possibilitou a reversão do modelo de governo através de um plebiscito. Nesta perspectiva, João Goulart articulou no sentido de mostrar a impraticabilidade do modelo parlamentarista, visando conquistar adesão popular e política para a antecipação da consulta plebiscitária, marcada inicialmente para 1965.

A questão quanto a antecipação do plebiscito, foi alvo de polêmicas, principalmente a partir da Tese Mangabeira, que defendia a revogação imediata da emenda a fim de evitar despesas com o referendo, já que estava evidente que o presidencialismo era o grande favorito na votação. Neste sentido, diversas lideranças políticas atuaram no cenário do plebiscito, seja de forma favorável ou contrária a realização da consulta, antecipada para 6 de janeiro de 1963.

Entre os partidos políticos houve posições distintas. O PSD e a UDN não fecharam uma posição unificada em torno do apoio ao retorno do modelo presidencialista. O Partido Libertador (PL), histórico defensor do parlamentarismo, foi responsável pela principal oposição ao restabelecimento do presidencialismo, embora não tenha apresentado uma expressiva mobilização durante a campanha. A posição oficial do PL em manifesto à nação foi sugerir a abstenção ao voto, por considerar inconstitucional a antecipação do plebiscito, acreditando que somente uma emenda à Constituição poderia alterar a data estabelecida pelo Ato Adicional. Já os partidos de esquerda como o PTB e PCB foram os maiores interessados no plebiscito por dois motivos, em especial, a possibilidade de garantir uma expressiva votação ao “não”, neste caso a favor do presidencialismo, simbolizando a “eleição” de João Goulart para presidente e a oportunidade de associação do sistema presidencialista ao projeto das reformas de base.

Por último, destaca-se o papel desempenhado pela imprensa no contexto da época. O jornal santa-cruzense *Gazeta do Sul*, analisado neste artigo, evidentemente exerceu papel atuante entre os meios sociais de circulação. Em seus editoriais, opiniões e até mesmo nas notícias, priorizou um ponto de vista conservador, em defesa da solução parlamentarista e contrário a manifestações sociais e políticas de setores mais próximos da esquerda. Com claros posicionamentos e priorizando algumas “vozes” políticas em detrimento de outras, pode-se concluir que, em certa medida, as publicações do periódico podem ter influenciado uma parcela do eleitorado que compareceu ao plebiscito, seja pelo “sim” ou pelo “não” ao parlamentarismo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 4 de 1961. Institui o sistema parlamentar de governo. Brasília-DF, 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960>

1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html/>.
Acesso em: 23 jun. 2020.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9. ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 319-373.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango – As Múltiplas Faces*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WASSERMAN, Claudia. *A LEGALIDADE: o conceito e suas nuances entre agosto e setembro de 1961*. In: *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política* / Maria Izabel Noll [et al.]. Porto Alegre: Webprint, 2011, p. 61-74.

Submetido em: 01/07/2020

Aprovado em: 22/08/2020

Publicado: 01/10/2020

* Mestrando no PPG História da Unisinos, na condição de bolsista Prosuc/Capes.

1 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 05/09/1961, p. 1.

2 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 07/09/1961, p. 3.

3 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 05/09/1961, p. 1.

4 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 05/09/1961, p. 2.

5 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 07/09/1961, p. 2.

6 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 04/11/1961, p. 1.

7 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 06/01/1962, p. 1.

8 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 05/09/1961, p. 2.

9 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 05/09/1961, p. 2.

10 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 03/10/1961, p. 1.

11 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 21/06/1962, p. 1.

12 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 07/07/1962, p. 1.

13 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 13/09/1962, p. 3.

14 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 18/09/1962, p. 1.

15 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 28/12/1962, p. 1.

-
- 16 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 03/01/1963, p. 1.
17 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 05/01/1963, p. 5.
18 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 05/01/1963, p. 5.
19 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 05/01/1963, p. 5.
20 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 01/12/1962, p. 1.
21 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 10/11/1962, p. 1.
22 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 06/10/1962, p. 1.
23 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 07/09/1961, p. 3.
24 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 06/10/1962, p. 1.
25 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 06/10/1962, p. 1.
26 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 05/01/1963, p. 2.
27 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 03/01/1963, p. 3.
28 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 03/01/1963, p. 3.
29 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 03/01/1963, p. 3.
30 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 08/01/1963, p. 1.
31 TSE. Referendo de 1963. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-1963/referendo-de-1963/>>
Acesso em: 23 jun. 2020.
32 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 12/01/1963, p. 1.
33 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 08/01/1963, p. 1.
34 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 15/01/1963, p. 1.
35 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 15/01/1963, p. 1.
36 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 15/01/1963, p. 1;3.
37 Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 10/01/1963, p. 1.